

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.381 - MA
(2019/0095772-9)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : **M DO C M DE O**
ADVOGADA : **KATE GUERREIRO TEIXEIRA MELO - MA007205**
EMBARGADO : **L C DE O**
ADVOGADOS : **JOSÉ ALENCAR DE OLIVEIRA - MA006186**
 LUIS CARLOS OLIVEIRA DA SILVA - MA014326

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por M DO C M DE O à decisão de fls. 667/668, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

O decisum ora embargado entendeu em reconhecer a intempestividade do Agravo em Recurso Especial, uma vez que a agravante foi intimada da decisão em 08/01/19 e somente interpôs o recurso em 11/02/2019.

[...]

Ilustre Relator, o AREsp é tempestivo, pois apesar da decisão que inadmitiu o Recurso Especial, ter sido publicada em 08 de janeiro de 2019, o prazo da agravante somente iniciou-se no dia 21 de janeiro de 2019, tendo em vista a suspensão dos prazos processuais, previsto no art. 220 do Código de Processo Civil [...] (fls. 672/673).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Quanto à tempestividade do recurso, impende esclarecer que o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada sob a égide do novo *codex* Processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n.º 3 do STJ, "*Aos recursos*

interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Veja-se que houve a disponibilização da decisão de admissibilidade do recurso especial em 07/01/2019, considerando-se publicada em 08/01/2019 (fl. 638). Inicia-se a contagem no dia 21/01/2019, até o dia 08/02/2019, devendo ser comprovada eventual suspensão do expediente forense neste período, acaso existente.

Dessa forma, o prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, nos termos art. 994, VIII, c/c os arts. 1.003, § 5º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil, terminou no dia 08/02/2019, sendo que o agravo em recurso especial foi interposto somente em 11/02/2019, fora do prazo.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente